



Pauta convergente com Agenda Brasil será divulgada na segunda

Presidente do Senado vai detalhar o calendário de votação dos projetos e diz que último texto do ajuste fiscal deve ser analisado em Plenário na terça

Renan Calheiros disse ontem que vai detalhar, segunda-feira, a lista dos projetos relacionados com o pacote proposto pelo Senado para ajudar o país a superar a crise econômica. Prevista para terça, a votação da proposta que reonera setores da

economia, ainda sem consenso, deve abrir caminho para a análise da pauta da Agenda Brasil a partir da semana que vem. O pacote de iniciativas do Senado foi elogiado pelo ministro do Desenvolvimento, que conversou ontem com Renan sobre as propostas. Senadores

também repercutiram em Plenário algumas das medidas, destacando a mobilização da Casa para ajudar a solucionar os problemas do país. Renan disse ainda que pode haver divergências com o presidente da Câmara, mas não conflito entre as duas Casas do Congresso. **4 e 5**

STF decide que sessão conjunta votará contas 3

Cooperação com Mauritània passa em Plenário 6

Agricultura de baixo carbono cresce no país 7

Marcada sabatina para embaixador da Bolívia 6

Vegetação nativa é tema de debate hoje 7

Marcos Oliveira/Agência Senado



Em sessão conduzida pelos senadores Aloysio Nunes e Ricardo Ferraço, o comandante explica adaptação à economia

Aeronáutica mantém prioridades apesar de cortes

O comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato, relatou ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional como tem buscado reequacionar programas sem extinguir ações

e minimizando o impacto sobre postos de trabalho. Eventuais atrasos, porém, não estão descartados, por motivos econômicos.

Rossato disse que o Brasil vai bem nas áreas cibernética e nuclear, mas precisa de

mais objetividade nos programas do setor espacial. O país trabalha apenas com satélites alugados, segundo ele, mas no ano que vem um novo centro de operações espaciais começará a funcionar em Brasília. **7**

CPI discute proposta que muda escolha de conselheiros do Carf

A CPI que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) discutiu ontem uma proposta que muda as regras para a escolha dos conselheiros. De acordo com a PEC, os membros do Carf precisariam ser bacharéis em direito. Além disso, a seleção deles se

daria por concurso público. O Carf julga recursos dos contribuintes contra multas aplicadas pela Receita Federal. A CPI investiga a denúncia de manipulação dos julgamentos — empresas pagariam propina para que os conselheiros reduzissem ou até anulassem as multas. **8**



Ataides Oliveira (C) conduz o debate, ao lado de Vanessa Grazziotin

Marcos Oliveira/Agência Senado

Geraldo Mangela/Agência Senado



O ex-senador Pedro Simon discursa na sessão de homenagem ao ex-governador pernambucano Eduardo Campos

Senadores fazem homenagem póstuma a Eduardo Campos

O Senado prestou ontem uma homenagem ao ex-governador pernambucano Eduardo Campos, morto um ano atrás, num acidente aéreo. De acordo com senadores que participaram da sessão, a presença de Campos seria importante no atual mo-

mento de crise no Brasil, por sua excepcional capacidade de diálogo. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, Eduardo Campos era “um homem de rara visão e espírito público”. Quando morreu, o político concorria à Presidência da República. **2**

Senado fez ontem sessão de homenagem ao ex-governador de Pernambuco, morto 1 ano atrás num acidente aéreo. Renan Calheiros disse que político era “um homem de rara visão e espírito público”

Para senadores, Campos faria diferença na crise atual

O PLENÁRIO DO Senado prestou ontem uma homenagem póstuma ao ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, morto num acidente de avião há um ano, em 13 de agosto, em Santos (SP). Ele tinha 49 anos e era candidato à Presidência da República pelo PSB.

A homenagem foi proposta por Roberto Rocha (PSB-MA), companheiro de partido. O senador lamentou a “trapaça do destino” que tirou Campos de cena e tirou do Brasil a oportunidade de conhecer melhor o político.

—Tivesse ganhado ou não a eleição, ele seria uma voz mais qualificada para fazer a ponte entre o país que somos e o país que almejamos ser — disse.

Espírito público

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) afirmou que, se estivesse vivo, Campos seria uma voz indispensável para “o atual momento de crises, dúvidas e incertezas”. Na visão do senador, ele agregaria as lideranças, construiria pontes e trabalharia olhando para a frente:

— Eduardo não fazia política pelo retrovisor. Ele tinha os olhos postados no futuro.

Conterrâneo de Campos, Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, concordou:

— Ele estaria hoje cumprindo o papel de unir nossa sociedade e superar a crise para construir um país melhor.

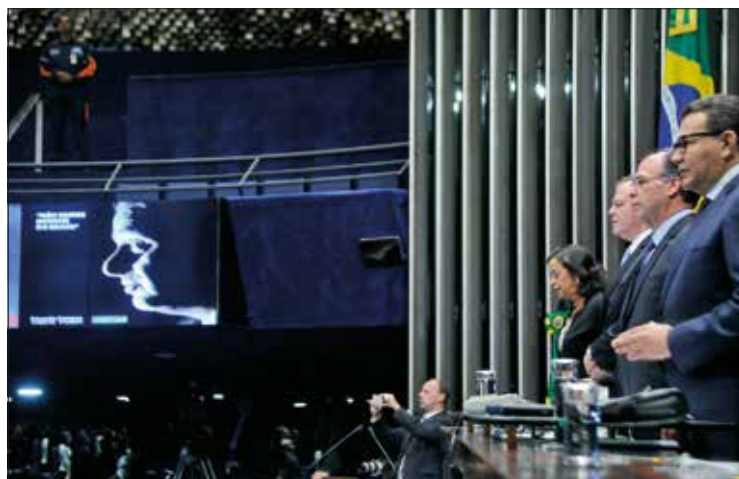
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também destacou a “enorme contribuição” que Eduardo daria neste momento gravíssimo da vida da nação, em que o Brasil precisa de uma “concertação nacional”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que Campos era “um homem de rara visão e espírito público, à frente do seu tempo”. Também lembrou que o pernambucano foi responsável por iniciativas como a Lei de Biossegurança e o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para que o trabalhador pague o curso superior.

— Falo de um homem que o Brasil sinceramente não poderia ter perdido. Mas seu legado ficou. Alguém que nos faz uma falta infinita. Mas deixou o grande exemplo: de pai, de marido e de político — afirmou.

Encantamento

Também morreu no acidente aéreo o assessor de campanha Pedro Valadares, sobrinho de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). De acordo com o senador, Campos res-



O rosto de Eduardo Campos é projetado em telão na sessão de homenagem

peitava os adversários e fazia articulações para o bem.

A senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) salientou “a determinação, o encantamento pela política e a rapidez com que Eduardo Campos conduzia sua vida e assumia seus compromissos”.

Hélio José (PSD-DF) afirmou que o tom da homenagem pelo primeiro aniversário de morte do ex-governador deveria ser o de “celebração da vida”.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) salientou a visão de futuro que colocava Eduardo Campos sempre à frente, expressa no ritmo impresso ao Ministério da Ciência e Tecnologia durante sua gestão, no governo Lula, quando se aprovaram várias leis importantes da política científica e se criou a Olimpíada da Matemática.

João Capiberibe (PSB-AP) informou que a bancada do partido vai propor que a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas receba o nome de Eduardo Campos.

Miguel Arraes

A ligação entre Eduardo Campos e seu avô Miguel Arraes, que também governou Pernambuco, foi lembrada por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) frisou a “relação de carinho, amor e amizade verdadeira” construída com o político pernambucano, que esteve ao seu lado em momentos difíceis passados no governo da Paraíba:

— Ele dizia: “Cunha Lima, eu também já beije o tatame”.

Lídice da Mata (PSB-BA), destacou a sensibilidade de Campos para as causas femininas. A senadora lembrou que foi ele que criou a Secretaria da Mulher em Pernambuco.

Também presente à homenagem no Senado, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), afirmou:

— Ele não fazia ofensa aos adversários, mas a crítica no campo político, o que lhe permitiu fazer alianças inimagináveis, unindo polos políticos que se confrontaram ao longo dos anos, mas que depois se uniram em defesa dos interesses do país.

Marina Silva

O ex-senador Pedro Simon lembrou a união política entre Campos e Marina Silva. Na época, outubro de 2013, o partido de Marina, a Rede, tivera o registro negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Simon então sugeriu a Marina um acordo político com Campos.

— Eu disse: “Se queres realmente somar, fala com Eduardo Campos. Acho que, neste momento em que fizeram essa injustiça contigo, se tu te unires a Eduardo, a dupla vai ser espetacular”. Marina concordou na mesma hora.

Marina era a vice na chapa presidencial encabeçada por Campos. Com a morte dele, a ex-senadora assumiu a candidatura e terminou em terceiro lugar na disputa.

O ex-governador e ex-senador Renato Casagrande lembrou que Eduardo Campos se lançou candidato à Presidência da República para romper a polarização entre o PT e o PSDB.

De acordo com Casagrande, quando só existem duas posições políticas disponíveis, ocorre o empobrecimento do debate.

Também participaram da homenagem de ontem no Senado o ministro das Cidades, Gilberto Kassab; o deputado federal Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE); a secretária-executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia, Emília Ribeiro; o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira; a primeira-dama do Distrito Federal, Márcia Rollemberg; e o poeta e ator português Tony Correia.

Comissão de Direitos Humanos debaterá incêndio na boate Kiss

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove audiência interativa segunda-feira para debater o incêndio da boate Kiss, ocorrido em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria (RS), e que provocou a morte de 242 pessoas.

O requerimento de Paulo Paim (PT-RS) pelo debate atendeu a pedido da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria. O incêndio completou dois anos em 2015 e os donos da boate e outras pessoas apontadas como responsáveis respondem a processos na Justiça.

Jovens e adolescentes eram

maioria entre os mortos no incêndio da Kiss. Eles participavam de uma festa de universitários, com a banda Gurizada Fandangueira. A casa não tinha saídas de emergência nem plano de evacuação, o que contribuiu para o número de mortos.

A audiência contará com o representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss, Jorge Luis Malheiros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar

Paim quer reunião entre Dilma e governo gaúcho

Paulo Paim (PT-RS) pediu em Plenário que a presidente Dilma Rousseff receba o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, deputados e senadores gaúchos e lideranças empresariais e sindicais para tratar da crise financeira do estado. A ideia do encontro foi apresentada pelo senador em reunião dos parlamentares. Ele lembrou que a dívida inicial era de R\$ 9,7 bilhões. Em razão dos juros, os gaúchos já pagaram R\$ 21,6 bilhões, mas ainda devem R\$ 47,2 bilhões:

— Conta absurda, especialmente porque não estamos tratando de financiamento bancário, mas de empréstimo entre entes federados.

Regina: Brasil é o sétimo país que mais mata mulheres

Regina Sousa (PT-PI) disse que os senadores precisam dar mais atenção às reivindicações das participantes da Marcha das Margaridas, movimento de trabalhadoras rurais.

Apesar de um dos anseios das mulheres ter sido atendido com a Lei Maria da Penha, elas sofrem com a violência doméstica, conforme mostrou pesquisa do DataSenado.

Regina informou que nas três últimas décadas 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, o que coloca o país na sétima posição em assassinato de mulheres. A senadora lamentou ainda o número elevado de mulheres que morrem durante a gestação ou até 42 dias após o parto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

CRA Vegetação nativa

14h A comissão promove audiência pública interativa para discussão da proposta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outras entidades. Entre os convidados, estão representantes do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e do Projeto Biomas, da Embrapa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado aguarda PEC da Câmara sobre eleições

Proposta de reforma política aprovada pelos deputados será avaliada pelas Comissões de Constituição e Justiça e da Reforma Política. Fim da reeleição é uma das mudanças

CHEGA AO SENADO nos próximos dias a proposta de emenda à Constituição aprovada nesta semana na Câmara dos Deputados com mudanças nas regras da política. O texto, que promete polêmica, deve ser discutido tanto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quanto pela Comissão da Reforma Política.

Entre outros pontos, a PEC, que na Câmara recebeu o número 182/2007, acaba com a possibilidade de reeleição de prefeitos, governadores e presidente da República, bem como quem os houver sucedido no período de seis meses antes das eleições. As regras valeriam para os prefeitos eleitos a partir de 2016 e para os demais eleitos a partir de 2014.

A possibilidade de reeleição foi permitida em 1997, durante a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso na Presidência. Desde então, nenhum presidente perdeu uma reeleição.

Para Aloysio Nunes Ferreira



Santinhos cobrem as ruas nas eleições de 2010: financiamento das campanhas é outro ponto abordado na PEC da Câmara

(PSDB-SP), não há qualquer necessidade de mudanças. O senador considera justo que os eleitores possam dar mais um mandato aos governantes.

— Eu acho que é direito do eleitor reconduzir o governante que estiver indo bem. Os abusos têm que ser coibidos e há lei para isso — afirmou o senador.

Reguffe (PDT-DF) mani-

festou-se contra a reeleição tanto nos cargos do Executivo como nos do Legislativo. Para o senador, vereadores, deputados e senadores não devem ser reeleitos indefinidamente para estimular a renovação na política.

— Quando uma pessoa fica muito tempo em um cargo, começa a se achar proprietária dele. Vai se esquecendo que é

apenas um representante. É importante que o sistema seja constantemente oxigenado.

Financiamento

Os deputados aprovaram na PEC a permissão para que os partidos políticos recebam doações de pessoas físicas e jurídicas. Os candidatos, por sua vez, podem receber doações de pessoas físicas.

Reguffe disse considerar esse tipo de financiamento das campanhas prejudicial para a democracia e para o cidadão.

— Essas doações são um tipo de investimento. O dinheiro é colocado na campanha de um político para ser recebido depois. O meu voto vai ser contrário à permissão de qualquer financiamento empresarial nas campanhas políticas — afirmou.

Já Aloysio avalia como uma alternativa viável a proposta que chegou da Câmara, apesar de acreditar que esse não é um tema a ser tratado na Constituição. O senador lembrou que as doações de empresas às campanhas eleitorais eram proibidas durante o regime militar e a corrupção corria solta.

— Acho que não tem cabimento o financiamento público exclusivo de campanha. Proibir as pessoas jurídicas de participarem do financiamento dos seus candidatos vai estimular o financiamento clandestino, o de caixa dois, como era no passado — alertou.

STF determina que contas sejam votadas em sessão conjunta

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Roberto Barroso decidiu ontem que as próximas votações de projetos de decreto legislativo sobre contas presidenciais devem ser feitas pelo Plenário do Congresso (sessão conjunta de deputados e senadores), em sessão dirigida pelo presidente do Senado.

Barroso é o relator do mandado de segurança ajuizado na semana passada pela presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose

de Freitas (PMDB-ES). Na ação, ela pede que as prestações de contas de ex-presidentes e da presidente Dilma Rousseff sejam votadas no Plenário do Congresso, e não separadamente na Câmara e no Senado, como vinha acontecendo.

Barroso negou o pedido de liminar da senadora contra as votações que foram feitas na semana passada. As propostas orçamentárias são votadas na CMO e no Plenário do Congresso. A prestação de contas, decidiu ele, deve seguir o mes-

mo trâmite. O ministro afirmou que a resolução que orienta os trabalhos da comissão já prevê a votação em sessão conjunta.

“O reconhecimento de uma prática contrária às normas constitucionais não a torna imune ao controle jurisdicional, muito pelo contrário: é precisamente nessa hipótese que se faz mais necessária a atuação deste tribunal”, escreve o ministro, no voto.

Barroso afirmou ainda que a decisão não representa interferência da Justiça no processo

legislativo, e sim a “fixação do devido processo legislativo em um de seus aspectos constitucionais mais importantes — a definição do órgão legislativo responsável pelo julgamento das contas anuais do presidente da República, matéria sensível no equilíbrio entre os Poderes”.

A Câmara, por orientação do presidente da Casa, Eduardo Cunha, havia apresentado uma contestação contra o mandado de segurança. O texto afirma não haver norma constitu-

cional que determine sessão conjunta do Congresso para a análise das contas.

O texto também argumenta que a senadora deu entrada à ação sem ouvir os membros da CMO, o que retiraria a legitimidade regimental do seu pleito. Além disso, afirma que a Advocacia-Geral da União (AGU), que assina a ação, não poderia representar a senadora. O ministro Barroso, no entanto, afirmou não ver irregularidades no mandado.

(Da Agência Câmara)

CPI recebe promotor de justiça e coronel da PM

A CPI do Assassinato de Jovens promove audiência pública na segunda-feira, a partir das 19h30, com o promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Thiago André Pierobom de Ávila, e o coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Ibis Silva Pereira.

De acordo com os requerimentos que solicitaram a realização da audiência, o encontro servirá para que os convidados apresentem dados e indicadores sobre homicídios de jovens nos últimos anos. Esses dados são imprescindíveis para subsi-

diar os trabalhos da comissão.

Os autores dos requerimentos são Lindbergh Farias (PT-RJ) e Lídice da Mata (PSB-BA).

“Esta comissão tem ouvido especialistas, pesquisadores e entidades que atuam no tema da segurança pública e dos direitos humanos e uma das preocupações levantadas é a ausência de dados qualificados para que seja possível realizar um diagnóstico preciso sobre as diversas nuances das mortes violentas de jovens, a fim de propor medidas mais efetivas de enfrentamento do problema”, argumenta Lindbergh, presidente da comissão, na justificação do requerimento.

Jornalistas discutem situação do futebol brasileiro em audiência

A CPI do Futebol fará a primeira audiência terça-feira, quando receberá os jornalistas Jamil Chade, José Cruz, Juca Kfourri e Sérgio Rangel. Especializados na cobertura da política do futebol, eles falarão sobre as denúncias que são alvo da CPI e analisarão o cenário do esporte no Brasil.

Chade é correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça, onde acompanha a Fifa. Cruz é repórter do UOL e acompanha esportes olímpicos. Kfourri é comentarista da *Folha de S. Paulo*, da CBN e da ESPN Brasil. Rangel é colunista da *Folha de S. Paulo*.

O plano de trabalho do relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), prevê

audiências com convidados de setores do futebol para discutir a situação do esporte em várias frentes. Segundo ele, essas oitivas servirão para embasar os questionamentos da comissão, mais à frente, e a elaboração de propostas para melhorar o futebol no país.

A CPI foi criada para investigar irregularidades em contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e na organização da Copa das Confederações de 2013 e na Copa do Mundo de 2014. Além disso, ela deve acompanhar a operação do FBI sobre corrupção entre dirigentes da Fifa, que prendeu na Suíça o ex-presidente da CBF José Maria Marin.



Lídice e Lindbergh são os autores dos requerimentos para a audiência pública

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Cronograma da Agenda Brasil sai na segunda, diz Renan

Presidente do Senado vai apresentar calendário de análise dos projetos relacionados à pauta negociada com o governo para estimular a retomada do crescimento do país. Plenário também deve votar na terça a reorientação da folha de 56 setores econômicos, última proposta do ajuste fiscal e ainda sem consenso

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou que segunda-feira vai apresentar um cronograma detalhado com as propostas convergentes que já poderão ser pautadas dentro da Agenda Brasil.

dos senadores: o PLC 57/2015, que revê a política de desoneração da folha de pagamento e aumenta as alíquotas sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia.

setores, o que vai demandar análise dos senadores. Apresentada pelo Senado à equipe econômica do governo na segunda-feira, a Agenda Brasil é um conjunto de propostas voltadas à retomada do crescimento do país.



Renan diz que votação de pauta convergente com Agenda Brasil deve começar semana que vem, com último texto do ajuste

Para presidente do Senado, Brasil não admite conflito entre Casas do Congresso

“Pode haver diferença pessoal entre o presidente da Câmara e o do Senado. O que não pode haver — e não haverá — é a diferença das instituições, conflito entre a Câmara e o Senado. Isso não vai existir”. A declaração do presidente do Senado, Renan Calheiros, foi dada ontem, ao ser perguntado sobre posturas divergentes entre ele e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em relação ao Executivo.

provavelmente, a Câmara vai ingressar no STF para impedir a sanção. Iremos reagir antes da sanção presidencial — afirmou. O PLC 57 é o último projeto do Executivo e a votação dele abrirá caminho para temas que já tramitam no Senado e têm ligação com os eixos da Agenda Brasil. Renan, que recebeu quarta-feira em seu gabinete os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, para debaterem a Agenda Brasil, afirmou que o Senado, com o gesto, sinaliza uma parceria em prol da retomada do crescimento do país.

recomendável neste momento é usar essa isenção e indenidade para defender o interesse do Brasil — disse Renan. O senador deu entrevista após sessão de homenagem ao ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, que morreu há um ano, vítima de acidente aéreo. Renan avaliou que o principal problema do país hoje é a falta de equilíbrio fiscal.

Medidas legislativas – a contribuição do Congresso

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E INFRAESTRUTURA

- Aperfeiçoar a segurança jurídica dos contratos: blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas. Essa blindagem colabora para proteger a legislação das PPPs, por exemplo, item relevante nestes tempos em que o país necessita de mais investimentos privados.
- Aperfeiçoar marco regulatório das concessões, para ampliar investimentos em infraestrutura e favorecer os investimentos do Programa de Investimentos em Logística do Governo (PIL).
- Implantar a Avaliação de Impacto Regulatório para que o Senado possa avaliar as reais consequências das normas produzidas pelas agências reguladoras sobre o segmento de infraestrutura e logística.
- Regular o ambiente institucional dos trabalhadores terceirizados, melhorando a segurança jurídica face ao passivo trabalhista potencial existente e a necessidade de regras claras para o setor.
- Revisar e implementar marco jurídico do setor de mineração como forma de atrair investimentos produtivos.
- Revisar os marcos jurídicos que regulam áreas indígenas, como forma de compatibilizá-las com atividades produtivas.
- Revisar a legislação de licenciamento de investimentos na zona costeira, áreas naturais protegidas e cidades históricas como forma de incentivar novos investimentos produtivos.
- Eliminar vistos turísticos para mercados estratégicos (como estímulo ao desenvolvimento turístico aproveitando o câmbio favorável e a realização de megaeventos).
- Simplificar o licenciamento para construção de equipamentos e infraestrutura turística em cidades históricas, orla marítima e unidades de conservação, melhorando a atração de investimentos.
- PEC das Obras Estruturantes — estabelecer processo de celeridade com segurança jurídica para o licenciamento ambiental de obras estruturantes do PAC e dos programas de concessão (com prazos máximos para emissão de licenças).
- Simplificar procedimentos de licenciamento ambiental, com a consolidação ou codificação da legislação do setor, que é complexa e muito esparsa.
- Estimular as exportações, incluindo antecipação das alíquotas do Reintegra prevista no Plano Nacional de Exportações, celeridade nas liberações aduaneiras, e funcionamento dos portos (particularmente dos serviços aduaneiros) 24 horas por dia.
- Acabar com a união aduaneira do Mercosul, a fim de possibilitar que o Brasil possa firmar acordos bilaterais ou multilaterais sem necessariamente depender do apoio dos demais membros do Mercosul.

EQUILÍBRIO FISCAL

- Implantar a Instituição Fiscal Independente.
- Vender ativos patrimoniais (terrenos de Marinha, edificações militares obsoletas e outros ativos imobiliários da União).
- Aprovar a Lei de Responsabilidade das Estatais, com vistas à maior transparência e profissionalização dessas empresas.
- Aprovar a PEC 84/2015, que impede o governo federal de criar programas que gerem despesas para estados e municípios e Distrito Federal, sem a indicação das respectivas fontes de financiamento.
- Regular o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Reformar o PIS-Cofins de forma gradual, com foco na “calibragem” das alíquotas, reduzindo a cumulatividade do tributo e a complexidade na forma de recolhimento.
- Reformar o ICMS (convergência de alíquotas) e adotar outras medidas a serem sugeridas pela Comissão Especial de Aprimoramento do Pacto Federativo.
- Adotar medidas para repatriação de ativos financeiros do exterior, com a criação de sistema de proteção aos aderentes ao modelo.
- Reformar a Lei de Licitações — PLS 559/2013 — para modernizar o procedimento e também para atualizar os valores das alçadas, defasados desde 1996.
- Revisar resolução do Senado que regula o imposto sobre heranças, sobretudo quanto ao teto da alíquota, levando-se em conta as experiências internacionais (convergir com média mundial).
- Favorecer maior desvinculação da receita orçamentária, dando maior flexibilidade ao gasto público. Estabelecer um TAC fiscal para “zerar o jogo” e permitir melhor gestão fiscal futura.
- Definir a idade mínima para aposentadoria, mediante estudos atuais e levando-se em conta a realidade das contas da previdência social.
- Elaborar proposta para reajuste planejado dos servidores dos três Poderes, de maneira a se ter uma previsibilidade de médio e longo prazo dessas despesas.
- Priorizar solução para restos e contas a pagar.
- Fixar limites para as dívidas líquida e bruta da União.
- Fixar prazo para que os bancos liberem os valores referentes aos depósitos judiciais, conforme emenda do Senado ao PLC 15/2015, que originou a Lei Complementar 151, de 5 de agosto de 2015.

PROTEÇÃO SOCIAL

- Regular o Artigo 23 da Constituição federal: definir as responsabilidades e o papel supletivo e redistributivo da União, dos estados e municípios; criar o sucessor do Fundes; criar o Sistema Nacional de Educação (SNE); implementar o Plano Nacional de Educação nos três entes federativos; aperfeiçoar o financiamento a padrões de qualidade; equilibrar programas universais com a necessidade de focalização (Fies, Pronatec), e adequar sistemas subnacionais ao SNE.
- Condicionar as alterações na legislação de desoneração da folha e o acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos.
- Aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde. Avaliar a proibição de liminares judiciais que determinam o tratamento com procedimentos experimentais onerosos ou não homologados pelo SUS.
- Regular o ressarcimento pelos associados de planos de saúde, dos procedimentos e atendimentos realizados pelo SUS.
- Compatibilizar os marcos jurídicos da educação às necessidades do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades.
- Compatibilizar a política de renúncia de receitas, no orçamento público, à obtenção de resultados positivos no enfrentamento das desigualdades regionais e na geração de emprego e renda (trata-se de determinação constitucional).
- Dar tratamento prioritário à questão da segurança pública e do sistema prisional.
- Ajustar o acesso à educação nos programas de financiamento público, assegurando sua sustentabilidade.

REFORMA ADMINISTRATIVA E DO ESTADO

- Reduzir ministérios e estatais, com diminuição de cargos comissionados e estruturas administrativas obsoletas.
- Reformar as agências reguladoras, com foco na independência e efetiva capacidade de regular adequadamente áreas estratégicas como infraestrutura, logística, energia e comunicações.
- Regular o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Implantar modelo de administração pública gerencial, com metas e indicadores de resultado. Favorecer a formação dos gestores públicos alinhados com um padrão mais eficiente de gestão.
- Revisar o marco regulatório e o modelo de administração dos fundos de pensão como forma de preservar a poupança interna do país.
- Priorizar um amplo processo de simplificação da relação do Estado com o cidadão e os empresários, com base no Super Simples, desburocratizando procedimentos redundantes e melhorando o ambiente de negócios, conforme elenco de sugestões da Agenda Brasil.



Armando Monteiro sugeriu revisão de marcos legais de inovação tecnológica

Ministro do Desenvolvimento elogia iniciativa do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reuniu-se ontem com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Eles conversaram sobre as propostas da Agenda Brasil. Monteiro elogiou o pacote de iniciativas, apresentado por Renan nesta semana.

— Os avanços, sobretudo na perspectiva dos ganhos de produtividade da indústria, vão depender muito da capacidade de inovar processos e produtos. Nesse sentido, precisamos atualizar o marco legal. Essa dimensão deve estar presente numa agenda como essa. O ministro citou a Lei da Inovação, sobre incentivos à inovação, sobre incentivos à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo; e a chamada Lei do Bem, de incentivos fiscais a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Discursos na tribuna do Plenário repercutem a crise e as medidas sugeridas para solução

O conjunto de medidas defendidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para o país recuperar a credibilidade externa e interna e retomar o crescimento econômico — batizado com o nome de Agenda Brasil — concentrou as atenções dos senadores ontem. Em pronunciamentos no Plenário, diversos senadores se manifestaram a respeito do assunto.

AM sugeriu que a Agenda Brasil contemple a revisão dos mecanismos de arrecadação tributária. O líder do PDT, Acir Gurgacz (RO), defendeu o desarmamento dos espíritos em favor da busca de soluções para os problemas econômicos.

Para Viana, propostas vão ajudar na superação da crise

Jorge Viana (PT-AC) classificou o lançamento da Agenda Brasil como uma atitude corajosa do presidente do Senado, Renan Calheiros. Para ele, o conjunto de propostas representa a contribuição necessária para ajudar o país a superar a crise. O senador negou que a Agenda Brasil represente conflito com a Câmara, frisando que os problemas são do país, não somente do PT ou do governo.

Caiado: verdadeira pauta prioritária vem do povo nas ruas

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a Agenda Brasil, afirmando ser apenas um “acordo de cúpulas”. Para o senador, a verdadeira agenda prioritária para o país vem do povo nas ruas, a partir de manifestações como a do próximo domingo. Caiado convidou todos os cidadãos a participarem da manifestação.

Humberto avalia que momento pede a contribuição de todos

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a iniciativa de Renan Calheiros de criar a Agenda Brasil. Ele declarou que o momento é de trabalho, de pensar o futuro do país e criticou a oposição por insistir na “pauta da crise”. Segundo ele, o ajuste fiscal do governo já começa a dar resultados positivos, como queda da inflação e reestruturação da Petrobras.

Eunício afirma que pacote é um grande gesto do Parlamento

Eunício Oliveira (PMDB-CE) advertiu que o cenário político e econômico atual, se não for adequadamente enfrentado, prejudicará as conquistas e os avanços sociais obtidos nos últimos anos. Por isso, pediu que o Congresso analise com tranquilidade as propostas da Agenda Brasil. Se isso não for feito, disse, o cenário pode piorar com a fuga de investidores, aumento do desemprego e fechamento de empresas.

Vanessa quer incluir ações em favor da arrecadação tributária

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu incluir mecanismos que agilizem a arrecadação tributária da União, dos estados e dos municípios na Agenda Brasil. A sugestão, segundo ela, é fruto dos trabalhos da CPI do Carf, que apura denúncias de irregularidades em julgamentos de recursos administrativos no órgão. A senadora frisou que o processo de cobrança de tributos em litígio em instâncias administrativas e judiciais pode durar 20 anos. A demora, disse, retira dos cofres públicos cerca de R\$ 1,9 trilhão (valor dos tributos em análise pelos órgãos administrativos e judiciais), quantia quase equivalente ao Orçamento da União.

Gurgacz sugere construção de pacto pela governabilidade

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu a construção de um pacto de governabilidade para o Brasil superar a crise econômica. A situação do país, alertou, ameaça as conquistas das últimas décadas. Para o senador, o pacto passa pela agenda positiva que o Senado apresentou: — Até mesmo os que bradavam pela derrubada do governo ou pelo retorno do governo militar estão tomando o rumo de um caminho alternativo, que envolve um esforço de todos os Poderes para assegurarmos a estabilidade econômica e política que conquistamos a duras penas. O senador espera que as manifestações marcadas para domingo sejam pacíficas e ordeiras.

Gleisi defende aumento de imposto sobre lucro de bancos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou a aprovação do relatório dela sobre a MP 675. O texto aguarda deliberação da comissão mista criada para analisar a MP. A senadora criticou parlamentares que impediriam a apresentação do relatório, descontentes com as mudanças que ela, como relatora, fez. A MP aumentou de 15% para 20% a alíquota sobre o lucro líquido dos bancos. Gleisi elevou ainda mais, passando para 23%. Para ela, assim como o Congresso aprovou medidas que afetaram os trabalhadores, é preciso agora tributar o capital. — Espero que a comissão pare de querer empurrar a discussão para que a MP caia sem ser apreciada — afirmou ela.



Senado aprova acordo que estimula cooperação entre Brasil e Maurîtânia

Pacto, celebrado em 2012, prevê ações para ampliar o relacionamento nacional com o país africano e estimular desenvolvimento bilateral

O SENADO APROVOU ontem acordo de cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Maurîtânia. Celebrado em fevereiro de 2012, em Brasília, o acordo prevê reuniões entre representantes dos dois países e a facilitação de vistos, taxas e impostos ao pessoal das missões de cooperação. A vigência é de cinco anos, prorrogáveis por períodos sucessivos.

O texto aponta como ob-

jetivos do Brasil e do país africano, por meio da iniciativa, fortalecer os laços de amizade e promover um conhecimento mútuo e uma melhor compreensão entre as duas nações. Também cita a necessidade de encorajar e melhorar o desenvolvimento socioeconômico, promover o desenvolvimento sustentável e estimular o progresso técnico.

De acordo com o texto apro-

vado, a cooperação poderá ser trilateral, com a indicação, pelas partes, de outros países, organizações internacionais e agências regionais. A participação de empresas e de organizações não governamentais também é uma decisão que cabe ao Brasil e à Maurîtânia.

Após a aprovação do acordo, a senadora Ana Amélia (PPRS) fez um apelo à Presidência da República para que enca-

minhe esse tipo de texto com mais celeridade ao Congresso.

— Esses acordos deveriam ter mais celeridade pela relevância que têm para o concerto das relações internacionais — afirmou Ana Amélia, que elogiou o esforço do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), no encaminhamento desses temas.

Fátima critica ato hostil contra aluna por elogio a Dilma

Fátima Bezerra (PT-RN) considerou inaceitáveis as manifestações de intolerância de que tem sido vítima a



jovem estudante de Caicó (RN) Ana Luiza Lima, que há poucos dias, em cerimônia no Planalto, disse que hoje está estudando medicina graças à decisão do governo de aumentar as vagas do curso.

Após o depoimento, a página da estudante no Facebook foi invadida por pessoas que a insultaram com xingamentos e ameaças de morte por ter elogiado o Programa Mais Médicos e a presidente Dilma.

— Nós estamos a seu lado, Ana Luiza. Já pedimos à Procuradoria da Mulher [do Senado] que comunique aos órgãos de segurança para que as denúncias sejam investigadas — disse a senadora.

Ângela pede obras de infraestrutura em Roraima

Ângela Portela (PT-RR) disse no Plenário que na semana passada foram entregues em Roraima 747



moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida. As famílias receberam as chaves de casa das mãos da presidente Dilma Rousseff. A senadora contou que a bancada e o governo de Roraima apresentaram à presidente demandas para o estado crescer. Entre elas, a regularização fundiária, a conclusão do Linhão de Tucuruí e projetos de infraestrutura.

Ângela reforçou apelo ao governo quanto à definição do Parque Nacional do Lavrado. Segundo ela, os agricultores e a população em geral temem que áreas produtivas sejam destinadas à unidade de conservação.

Comissão marca sabatina de diplomata para Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá sabatar em 3 de setembro o diplomata Raymond Santos Rocha Magno, indicado para assumir a embaixada do Brasil na Bolívia. O relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre a indicação foi lido ontem.

O Brasil está sem representação oficial no país vizinho desde agosto de 2013, quando ocorreu a fuga do senador boliviano Róger Molina para o território brasileiro. Para sair da Bolívia, Molina teve o auxílio do encarregado de negócios da embaixada brasileira na época, Eduardo Saboya, e do próprio Ferraço. Ele estava confinado na embaixada, onde havia solicitado asilo político havia 453 dias.

Oposição ao governo do presidente Evo Morales, Molina acabou sendo retirado de seu país por razões humanitárias, de forma clandestina, sem o salvo-conduto do governo da Bolívia. O fato provocou uma crise diplomática, pois foi feito também sem o consentimento do governo brasileiro. Desde então, a indicação da presidente Dilma Rousseff estava parada na CRE.

Recentemente, o Conselho Nacional de Refugiados (Conare), representando o Brasil, reconheceu a condição de Molina de refugiado político, concedendo-lhe asilo. O fato



Ricardo Ferraço, relator da indicação de diplomata: crítica ao governo boliviano

abriu espaço para que a indicação do diplomata Rocha Magno voltasse a tramitar.

Após a leitura do relatório sobre a indicação, o presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), concedeu vista coletiva da proposição, como determina norma do colegiado.

Virar a página

Durante a discussão do relatório, Ferraço afirmou que “é hora de virar a página”. O senador disse reconhecer no atual ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, a intenção de buscar novas diretrizes e orientações, com um viés diferente do que teria vigorado até recentemente.

O senador criticou a Bolívia por não ter concedido salvo-conduto a Molina.

— Nem mesmo as mais selvagens narcoditaduras, que, infelizmente, marcaram

a história desse país no passado, tomaram uma atitude como essa — afirmou Ferraço.

Ele citou casos relacionados a ditaduras militares bolivianas que concederam o benefício a opositores que buscaram refúgio nas embaixadas da Venezuela, do México e do Brasil.

Para Ferraço, “a inação da diplomacia brasileira” em relação a esse caso e a outros envolvendo o governo boliviano desde 2006 não está à altura da tradição diplomática do Itamaraty.

— O Brasil deveria ter cobrado o cumprimento do Protocolo de Caracas, que trata do salvo-conduto. Inclusive defendeu oficialmente isso em outras ocasiões e para os casos de Julian Assange [sueco refugiado na embaixada equatoriana em Londres] e Edward Snowden [norte-americano que acabou

recebendo asilo temporário na Rússia].

Ferraço destacou que já está na hora de definir um novo embaixador para o Brasil na Bolívia. E disse que o caso deve “servir de exemplo” para não se repetir.

O senador chamou Saboya, desde então afastado do Itamaraty, de “um herói que agiu por princípios humanitários”. E lembrou que o diplomata poderia até ser responsabilizado caso algo mais grave ocorresse a Molina dentro da embaixada.

O senador citou outros casos recentes que considera “hostilidade do governo boliviano” contra o Brasil e disse não constatar nenhuma reação de nossa política externa. Entre eles, a encampação de refinarias da Petrobras, a expulsão de pequenos agricultores brasileiros donos de terras na fronteira com o Acre, ataques a produtores rurais na região de Santa Cruz e a ataques a universitários brasileiros.

— O Brasil não deve ter uma política externa de governo, mas de Estado. O ministério tem sido negligente desde o governo Lula — afirmou Ferraço.

A Comissão de Relações Exteriores aprovou também a realização de uma audiência na quinta-feira com o diretor do jornal venezuelano *El Nacional*, Miguel Enrique Otero.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aeronáutica busca adaptação ao corte de gastos

Encarregada de avaliar a estratégia de defesa, Comissão de Relações Exteriores ouviu ontem o comandante da Força Aérea sobre o reequacionamento de ações e programas

O COMANDANTE DA Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato, admitiu ontem, em debate no Senado, que a Força Aérea, o Ministério da Defesa e as empresas privadas associadas aos projetos do setor trabalham com cenários eventuais de atrasos na execução dos programas. Mas garantiu que as prioridades da pasta estão sendo reequacionadas sob a lógica de não extinguir nenhuma ação e minimizar o impacto sobre os postos de trabalho.

Rossato foi ouvido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre as consequências do corte de gastos do governo na área. A estratégia de defesa do país vem sendo analisada pela CRE durante todo o ano. O relatório sobre essa política pública está a cargo do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Um dos pontos tratados ontem foi a crise na Petrobras. A estatal reduziu o plano de investimentos para os próximos anos, o que tem impacto direto sobre a indústria de helicópteros. Associada a empresas privadas, a Aeronáutica coordena o suprimento de modelos de apoio à extração de petróleo na camada pré-sal.

Em outro aspecto, Rossato reconheceu que o país está “uns 40 anos” atrasado em relação à defesa espacial.

— Nas áreas cibernética e nuclear,



Ao lado do senador Aloysio Nunes (D), Rossato disse que a Força trabalha para manter todas as ações

vamos bem. Mas na espacial precisamos de mais objetividade por parte de todos os atores envolvidos — disse.

Ele informou que o país trabalha apenas com satélites alugados, mas lembrou que um novo centro de operações espaciais começará a funcionar no ano que vem em Brasília.

O militar explicou que, por razões econômicas, a prioridade da Aeronáutica é o estímulo à produção de satélites de órbita baixa, uma vez que são os mais indicados para as necessidades do agronegócio, entre outros.

O senador Ferraço chamou a atenção para o atraso no programa KC 390,

os jatos militares desenvolvidos pela Embraer.

— A empresa perde mercado por causa do caos nas contas públicas, provocando desemprego e perda de divisas — alertou.

Rio 2016

O senador Jorge Viana (PT-AC) disse ver no século 21 o combate aéreo como o grande diferencial na geopolítica da guerra, situação que para Rossato é clara desde a Guerra do Golfo. O conflito, entre 1990 e 1991, envolveu uma coalizão de países liderados pelos Estados Unidos para liberar o

Kuwait, que fora invadido e anexado pelo Iraque.

Nesse sentido, o militar destacou a compra de 36 caças suecos Gripen, em um projeto que está gerando 2.300 empregos diretos e 14.650 indiretos. Ele disse que foram vantajosas as condições de pagamento que o Brasil obteve na negociação com a Suécia e elogiou a qualidade dos aviões, além do programa de transferência de tecnologia envolvido na aquisição.

Questionado sobre a facilidade com que o crime organizado introduz drogas e armas no país, Rossato afirmou que é difícil e caro controlar mais de 16 mil quilômetros de fronteiras, a maior parte com vegetação.

Em resposta à senadora Ana Amélia (PP-RS), o comandante disse estar tranquilo quanto às estratégias de segurança que vêm sendo desenvolvidas para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Para ele, o trabalho feito durante a Copa do Mundo de 2014 foi “uma grande escola”, com resultados avaliados como excelentes em todos os quesitos.

Na audiência ficou acertado que o senador Ferraço fará uma reunião de trabalho com técnicos da Aeronáutica para detalhar o impacto das restrições orçamentárias do governo. A data do encontro, aberto aos demais senadores, ainda será definida.

Ex-ministro pede apoio para plano agrícola federal

Cresce no país o número de agricultores que adotam práticas que contribuem para a redução da emissão de gases de efeito estufa, revelou o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura (CRA).

Ele detalhou ações do governo federal em prol da agricultura de baixa emissão de carbono, reunidas no chamado Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Previsto para ser executado até 2020, busca cumprir as metas voluntárias do setor agropecuário de redução de gases de efeito estufa, conforme compromisso assumido pelo Brasil em 2009, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15), em Copenhague.

O Brasil, disse, apresentou previsão de redução de pelo menos 133 milhões de toneladas de gás carbônico pelas atividades agrícolas. Isso poderá ser conquistado pela implantação do Plano ABC, frisou, que incentiva, entre outros programas, a integração da lavoura com a pecuária.

— Durante o ano, fazemos uma safra de grãos e uma de carne. Quando está terminando a safra de grãos, semeia-se o capim e se forma a pastagem. São duas rendas por ano, grãos e carne, com um sucesso extraordinário, que está levando a uma importante redução da



Rodrigues explicou o Plano ABC, em prol da cultura de baixa emissão de carbono

demanda por desmatamento — observou Rodrigues, que coordena o Centro de Agonegócios da Fundação Getúlio Vargas, que acompanha o Plano ABC.

Waldemir Moka (PMDB-MS) e Donizeti Nogueira (PT-TO) citaram experiências bem-sucedidas de integração lavoura-pecuária-florestas em Mato Grosso do Sul e no Tocantins, que estão recuperando pastagens degradadas.

— No meu estado, são 8 milhões de hectares de pastagem degradada. Imagine, através de crédito, recuperar essa terra, sem precisar desmatar — frisou Moka.

Também Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou práticas de recuperação e utilização racional das terras já desmatadas em seu estado:

— Há um pacto no Pará que não há necessidade de se derrubar uma única árvore,

mas precisamos utilizar com tecnologia e inteligência as áreas já alteradas, que são cerca de 18% do território.

COP-21

Rodrigues pediu aos senadores reforço nas ações do Plano ABC, que, a seu ver, farão do Brasil protagonista na COP-21, que ocorrerá em dezembro, em Paris. Além de representantes dos países, que buscam novo acordo global do clima, também se reunirão líderes do setor privado, em evento paralelo, no qual o setor agrícola “será a grande estrela”, na opinião do ex-ministro.

Em resposta a Acir Gurgacz (PDT-RO), ele disse que a divulgação do plano e a orientação aos agricultores estão a cargo dos governos estaduais, com apoio do governo federal.

Rodrigues defendeu que seja computada como reserva legal a área onde for feito o plantio

de árvores para recuperação de terra degradada, mesmo que sejam espécies exóticas, voltadas à exploração de madeira.

A proposta teve apoio da presidente da Comissão de Agricultura, Ana Amélia (PP-RS), e de outros senadores presentes ao debate. Por sugestão de Gurgacz, Ana Amélia solicitou à assessoria da CRA um estudo sobre o tema, visando à apresentação de projeto de lei para alterar as regras da reserva legal, previstas no Código Florestal (Lei 12.651/2012).

Gurgacz e Wellington Fagundes (PR-MT) quiseram saber a opinião do ex-ministro sobre a possibilidade de compra de terras por estrangeiros. O assunto está em discussão na Câmara, onde tramita projeto que flexibiliza a Lei 5709/1971, que limita a aquisição de imóvel rural por estrangeiro.

— A proibição de compra de terra por estrangeiro é uma restrição a investimentos, que estão indo para Argentina, Paraguai, Uruguai. A terra lá está subindo de valor e aqui está caindo — opinou Rodrigues.

Para ele, deve ser proibida a compra de terras no Brasil por fundos soberanos de outros países, mas, para os demais casos, a aquisição deve ser permitida, com restrições em função do total de terras do município e submetendo os estrangeiros às leis brasileiras.

Audiência avalia recuperação de vegetação nativa

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) faz hoje, às 14h, audiência pública interativa para discutir o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com outras entidades. Os interessados podem participar do debate.

Foram convidados representantes do ministério, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da empresa Agroicone, do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) e do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal (Lerf).

O Planaveg foi elaborado para ampliar e fortalecer as políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias à recuperação da vegetação nativa brasileira. Estima-se que pelo menos 12,5 milhões de hectares precisam ser recuperados nos próximos 20 anos, com prioridade às áreas de reserva legal e de proteção permanente.

A iniciativa do debate é de Ana Amélia (PP-RS) e Donizeti Nogueira (PT-TO).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Proposta prevê escolha para Carf via concurso

PEC, que foi discutida em CPI que investiga irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, também estabelece que conselheiros sejam bacharéis em direito

ALTERAÇÕES NAS REGRAS de escolha dos integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foram debatidas ontem em audiência pública no Senado. De acordo com uma proposta de emenda constitucional (PEC) de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), ainda em fase de elaboração, o Carf será formado por bacharéis em direito aprovados em concurso.

O Carf é vinculado ao Ministério da Fazenda e tem a função de julgar recursos dos contribuintes contra multas da Receita Federal. É composto por 144 conselheiros titulares, que se dividem em três turmas de julgamento. Metade dos membros é escolhida pelo Ministério da Fazenda e a outra é indicada por categorias econômicas e centrais sindicais.

A audiência sobre a proposta foi feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf, presidida por Ataídes.

De acordo com a PEC, os advogados candidatos deverão contar com pelo menos cinco anos de atividade jurídica prévia na área tributária.

Holofotes

A proposta prevê que os estados e os municípios deverão adotar o mesmo modelo de seleção de membros para órgãos administrativos de julgamento de litígios fiscais.

Ataídes salientou que a CPI, mais do que investigar, deve debater os rumos do Carf:

— Embora seja positivo que finalmente os holofotes da República estejam voltados para o Carf, onde se concentram conflitos gigantescos entre fisco e contribuintes, é extremamente necessário que esta CPI avalie a utilidade e oportunidade das modificações já realizadas pelo



Vanessa, relatora da CPI da Carf, fala sobre regras para escolha de conselheiros. Audiência foi conduzida por Ataídes (C)

Poder Executivo e proponha novas modificações.

O presidente do Carf, Carlos Alberto Freitas Barreto, admitiu que por meio de concurso será possível atrair pessoas qualificadas para julgar os litígios. Para ele, o importante é que o sistema garanta imparcialidade, neutralidade, transparência e rapidez. A seu ver, isso passa também pela criação de mecanismos de controle:

— Um órgão dessa natureza, sim, deve ser fiscalizado, tem de ter ouvidoria, auditoria interna e controle externo, deve ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União.

Para o advogado tributarista Gustavo Brigagão, o sistema de paridade é capaz de manter a necessária imparcialidade dos processos, com representantes dos dois lados debatendo o conflito. Porém, fez ressalvas à forma de paridade atual e disse que, nessas condições, o concurso público pode ser uma solução mais proveitosa.

— O concurso público, sim, mas com vitaliciedade [dos concursados na função], porque é a única forma de evitar

que haja pressão, por parte de quem quer que seja, e o julgamento acabe comprometido.

Vilson Antonio Romero, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), repudiou o “esquema criminoso” que teria se instalado no órgão, ainda em investigação.

Encastelado

Na avaliação dele, não se pode jogar por terra, “por sentimento de ocasião ou movido pelo escândalo”, a atual estrutura. Romero lembrou que os conselheiros têm notório conhecimento e foram selecionados pela especialização em tributos:

— Entendemos que no momento em que se constituir um quadro próprio [de julgadores, por concurso] e não tivermos mandato fixo, estaremos criando um quadro encastelado para ser um tribunal vitalício.

O advogado e professor da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Taveira Torres salientou que a discussão centrada na reestruturação do Carf joga sombra sobre um problema maior: as distorções

e o emperramento no sistema de discussão administrativa e judicial dos tributos, inclusive no sistema de execução fiscal, ou seja, os mecanismos para acionar os devedores quando o Estado ganha a causa na Justiça.

Segundo o professor, no conjunto, o emperramento de todo o sistema impede a recuperação de créditos fiscais que envolvem mais de R\$ 2 trilhões, o que equivale a um orçamento público inteiro no passivo tributário identificado. Ele ressaltou que R\$ 500 bilhões correspondem aos valores em discussão no processo administrativo.

— Esse é o estoque de recursos que temos, em termos de haveres, para a República federativa. Nem digo a União, porque são recursos da União compartilhados com estados e municípios.

Torres defendeu a “erradicação” da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/1980), a seu ver das “piores possíveis”, por ser incompatível com a complexidade dos tempos atuais do “fisco de massa”. Depois, o advogado apelou aos parla-

mentares para que o foco do trabalho do Senado seja ampliado, com a criação de uma comissão de especialistas para tratar da reforma do contencioso tributário administrativo e fiscal — ideia bem recebida tanto por Ataídes quanto pela relatora da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Tribunal

A PEC já determina que o Congresso Nacional produza uma lei complementar para disciplinar o processo administrativo fiscal aplicável a todos os níveis federativos, o que deverá ocorrer dentro de 90 dias a partir da publicação da emenda, caso seja aprovada.

Além disso, a minuta da proposta altera a competência para julgamento dos recursos judiciais, pela parte vencida, em relação ao contencioso fiscal federal. Depois da decisão do Carf, a parte insatisfeita recorrerá diretamente ao tribunal regional federal correspondente, saltando a primeira instância.

Sobre a sugestão do concurso para constituir os conselhos de julgamento administrativo dos conflitos fiscais, Vanessa afirmou que o debate garantiu uma discussão qualificada. Pessoalmente, disse que sua tendência é pelo concurso, mas para mandato temporário.

Se não houver adiamento, a CPI deverá debater e votar o relatório da senadora no mês que vem.

Para Otto Alencar (PSD-BA), a PEC em elaboração deve prever a vitaliciedade dos advogados concursados para compor os conselhos.

Participaram também da audiência Simone Tebet (PMDB-MS) e José Pimentel (PT-CE).

Reguffe pede Polícia Federal e Ministério Público mais fortes

Reguffe (PDT-DF) defendeu o fortalecimento do Ministério Público e da Polícia Federal, afirmando que essas instituições vêm desempenhando um papel importante para o país na investigação do escândalo de corrupção na Petrobras.

Àqueles que reclamam haver desvios e excessos do MP na investigação, Reguffe disse que esses abusos devem ser punidos, mas afirmou que a instituição não pode ser enfraquecida.

— É preciso fortalecer as instituições e é bom ver que as instituições estão funcionando. E é preciso que se puna os culpados e que se absolvam aqueles que são inocentes. Todos os envolvidos nesse caso, independentemente de quem sejam, precisam ter uma punição rigorosa, para o bem do país — disse.

Reguffe lamentou que o governo pense em resolver a crise por meio de um ajuste fiscal voltado apenas para o aumento da receita por meio de impostos. Ele afirmou que isso prejudica o contribuinte; por isso, pediu ao Senado que vote as propostas do ajuste pensando na sociedade e não no governo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia manifesta preocupação com beneficiários do fundo Aerus

Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com os aposentados e pensionistas do fundo Aerus, pois ainda não foi marcada sessão do Congresso em que possa ser votado o projeto que destina recursos ao Ministério da Previdência Social para pagar os associados do fundo de previdência complementar (PLN 2/2015).

A senadora lembrou que, após a falência da Varig, o Aerus sofreu dificuldades, deixando muitos aposentados e pensionistas sem receber o que teriam direito. Após anos de luta, eles conseguiram garantir o pagamento judicialmente.

Ela lamentou que muitos aeronautas tenham morrido sem receber o valor a que têm direito.

— Estamos aqui para alertar para a necessidade de votarmos urgentemente o PLN 2/2015 ou então encontrarmos talvez uma medida provisória a fim de atender a decisão judicial da tutela antecipada, de forma imediata. O tempo está passando. Muitos estão decepcionados. A Justiça falha, mas eles não desistirão da luta.



Wladimir Barreto/Agência Senado

Requião sugere socorro à Petrobras com repasse de recursos do Tesouro

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem projeto para salvar a capacidade de investimento da Petrobras por meio de repasse de recursos do Tesouro Nacional, via BNDES, para a companhia. Ele manifestou preocupação com as repercussões econômicas da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, que investiga corrupção na estatal.

Para o senador, capitalizar a Petrobras propiciaria crescimento econômico e irrigaria toda a cadeia do petróleo, favorecendo a retomada de crescimento do produto interno bruto brasileiro.

— O projeto de lei visa restaurar em sua plenitude a cadeia de pagamentos e recebimentos da Petrobras. Na medida em que se normalizem os fluxos de pagamentos da Petrobras, serão automaticamente normalizados os fluxos da cadeia de fornecedores e prestadores de serviço, assim como das cadeias ligadas aos estados e às prefeituras de municípios que recebem royalties de petróleo ou possuem unidades produtivas ligadas a essa cadeia — afirmou o parlamentar.



Waldemir Barreto/Agência Senado